



Mês dos Professores e das Professoras | 2025

Mensagem especial

Recentemente celebramos o Dia dos Professores, e não poderíamos deixar de expressar nossa gratidão a todos(as) os(as) educadores(as) que, com dedicação, sensibilidade e propósito, inspiram a transformação diária de vidas e saberes. Que o reconhecimento por esse trabalho essencial se renove todos os dias, em cada sala de aula e em cada conquista de nossos estudantes.

Celebrar o Dia dos Professores é celebrar a essência da educação. É reconhecer cada voz que inspira, cada gesto que transforma e cada olhar que acredita no potencial de seus alunos. No Ecossistema Ânima, essa presença ganha ainda mais força: professores e professoras são pontes que conectam o conhecimento acadêmico com os desafios reais do mundo, despertando pensamento crítico, curiosidade e compromisso com o futuro.

Direcionamos nossa homenagem a todos os educadores e educadoras que, com dedicação e paixão, fazem da sala de aula — presencial ou virtual — um espaço de transformação e pertencimento. Que esta data seja também um convite à valorização contínua do ensino, da escuta e da construção coletiva de saberes.

Por: **Equipe Editorial – Newsletter Conecta Futuro**



Educação Antirracista e Inclusiva

A educação antirracista e inclusiva é um compromisso ético e pedagógico que busca combater o racismo, valorizar a diversidade e promover a equidade. Ela vai além da inclusão de conteúdos no currículo, exigindo práticas que conscientizem sobre o racismo, desconstruam estereótipos e celebrem as contribuições de povos historicamente marginalizados. Essa abordagem é fundamental para criar uma sociedade mais justa, onde todos se sintam pertencentes e seguros.

A Educação Antirracista tem como objetivo combater o racismo e suas consequências, promover o respeito à diversidade e valorizar a história e as contribuições de todos os grupos étnico-raciais, considerando:

- **Práticas:** incluem o ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas (como previsto nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008) e o uso de materiais didáticos que refletem a diversidade;
- **Ações:** realização de debates, valorização da oralidade, ludicidade, corporeidade e ancestralidade, e a desconstrução de estereótipos raciais.

De acordo com o Perfil dos Matriculados Ânima, em 2024, as marcas com maioria dos alunos que se declaram brancos foram UAM, UNA, SÃO JUDAS, UNIFIG (PE), UNIFACS, UNP, FPB e UNI-BH.



A Educação Inclusiva objetiva garantir que a educação seja um direito para todos, rompendo com ciclos de exclusão e promovendo a aprendizagem e a convivência entre diferentes estudantes, evidenciando:

- **Práticas:** requer a construção de ambientes acolhedores e seguros para todas as individualidades, considerando as necessidades de acesso e participação de todos.
- **Ações:** adaptação de metodologias e ambientes para garantir acessibilidade e condições de igualdade, promovendo a relação entre pessoas com e sem deficiência, e garantindo que a escola se torne um espaço de pertencimento para todos os estudantes.

Interseção e Práticas conjuntas:

- **Compromisso:** Ambas as abordagens exigem um compromisso contínuo de educadores, gestores e estudantes para além da teoria.
- **Parcerias:** A educação inclusiva e antirracista é fortalecida pela colaboração entre escolas, famílias, políticas públicas e organizações da sociedade civil.
- **Formação de professores:** É essencial que professores recebam formação para implementar essas práticas de forma eficaz.

Importante alertar que a campanha do Setembro Amarelo, que visa à prevenção do suicídio e à promoção da saúde mental, não pode ignorar a realidade das pessoas com deficiência, submetidas a opressões estruturais como o capacitismo. Ele destaca que a exclusão social, a falta de acessibilidade, o desemprego e a renda precária — situações que afetam em especial mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ com deficiência — agravam o sofrimento psíquico desses grupos.

Evidencia-se que o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro, além da Campanha do Setembro Amarelo, reforça a necessidade de vincular saúde mental, inclusão e garantia de direitos.

Conclui-se que prevenir o suicídio e cuidar da saúde mental exigem também enfrentar desigualdades, promover acessibilidade, dignidade e participação plena das pessoas com deficiência — para que todas as vidas realmente sejam valorizadas.

Juntos, vamos reforçar o compromisso com uma sociedade mais acolhedora, justa e humana!

Para saber mais:

- ARTIGO – Saúde Mental e Deficiência: por que o Setembro Amarelo não pode ignorar o Dia de Luta da Pessoa com Deficiência: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/artigo-saude-mental-e-deficiencia-por-que-o-setembro-amarelo-nao-pode-ignorar-o-dia-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia>
- Lei 10.639/2003: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>
- Vídeo: Lei 10.639/03: a atuação das secretarias no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: <https://www.youtube.com/watch?v=dghOLxPBbwI>

Educar é transformar: LICENCIATURAS

O Censo da Educação Superior indica que, em 2024, as matrículas em licenciaturas cresceram 17,2% entre 2014 e 2024. Cerca de 68,5% dessas matrículas são a distância, e a maioria (74,8%) é de mulheres. A Pedagogia é a licenciatura com o maior número de matrículas, seguida por Educação Física, História e Matemática.

Panorama das matrículas em licenciaturas:

Crescimento: entre 2014 e 2024, as matrículas em licenciaturas aumentaram 17,2%, enquanto cursos

tecnológicos cresceram 99,5% e bacharelados, 20,4%. Em 2025, as matrículas presenciais em licenciaturas aumentaram 21%, comparado a 2024, com estímulo do programa Pé-de-Meia Licenciaturas (programa lançado pelo Ministério da Educação em 14 de janeiro de 2025). A adesão de estudantes com alto desempenho (nota acima de 650 no Enem) cresceu 60% no mesmo período.

Modalidades:

- EAD: 68,5% das matrículas são a distância.
- Presencial: 31,5% das matrículas são presenciais.

A oferta de vagas EAD aumentou 232% nos últimos cinco anos, enquanto a oferta de vagas presenciais não acompanhou esse ritmo.

Instituições: em 2024, 32,3% das matrículas em licenciaturas estavam em instituições públicas e 67,7% em privadas;

Gênero: a predominância é feminina, com 74,8% das matrículas sendo realizadas por mulheres contra 25,2% por homens;

Curso de destaque: Pedagogia é o curso de licenciatura com o maior número de matrículas; Outros cursos com um número significativo de estudantes incluem Educação Física, História, Matemática e Letras.

Oportunidades e iniciativas:

- Programa Mais Professores: O MEC lançou o programa também em 14 de janeiro de 2025, para incentivar a qualidade da docência, apoiar a seleção e retenção de profissionais, ampliar o ingresso na carreira e valorizar a profissão. O foi construído em reconhecimento ao papel central dos docentes no processo de aprendizagem dos estudantes e no sucesso das políticas educacionais.
- Pé-de-Meia Licenciaturas: Incentiva a entrada de novos professores através de programas financeiros.

- Plano de carreira: A maioria das redes de ensino (96,3% municipais e 100% estaduais) já conta com um plano de cargos e carreira para os professores.
- Carteira Nacional Docente: A Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDDB) criada pela Lei nº 15.202, sancionada em 11 de setembro de 2025 e lançamento em outubro deste mesmo ano, é um reconhecimento do Governo do Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC), que representa uma conquista para os professores de todos os níveis, áreas e etapas da educação, das redes públicas e privadas, que, por meio do documento oficial, terão acesso a benefícios e vantagens exclusivas. A carteira facilitará o acesso a vantagens já garantidas aos professores, como descontos em eventos culturais (cinemas, teatros e shows), e a benefícios exclusivos do programa Mais Professores para o Brasil, como ferramentas de trabalho, cartões de crédito com condições diferenciadas, descontos em hotéis e outras parcerias em negociação pelo MEC.



O Professor Janes Fidélis, Vice-Presidente Acadêmico da Ânima Educação, esteve presente no evento de lançamento da Carteira Nacional Docente, em outubro de 2025 no Rio de Janeiro/RJ.

De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Censo da Educação Superior no Brasil, a proporção de adultos com ensino superior, incluindo as licenciaturas, ainda é significativamente menor no Brasil do que a média dos países-membros. Enquanto a OCDE acompanha a evolução da educação em seus países, o Censo, realizado pelo Inep, fornece dados detalhados sobre a situação brasileira.

Panorama brasileiro segundo o Censo e a OCDE:

- Baixa qualificação geral: Em 2022, o Censo do IBGE apontou que 18,4% da população brasileira com 25 anos ou mais havia concluído o ensino superior. Apesar de ter crescido em relação a 2000, esse número continua bem abaixo da média da OCDE, que era de 40% para adultos de 25 a 64 anos em 2021, por exemplo.
- Evasão no ensino superior: Os relatórios da OCDE também destacam as altas taxas de evasão nas universidades brasileiras, um problema que afeta as licenciaturas e outras graduações.
- Disparidades regionais: O Brasil apresenta uma desigualdade notável na qualificação de sua população. Em 2017, a OCDE já observava que o Distrito Federal tinha uma taxa de ensino superior cinco vezes maior do que o Maranhão, por exemplo. Esse contraste é muito mais acentuado do que em outros países de grande extensão.

Medições da OCDE sobre a educação superior
A OCDE utiliza o relatório “Education at a Glance” (“Panorama da Educação”) para comparar os sistemas de ensino de seus membros e países parceiros, como o Brasil. As medições levam em conta:

Níveis educacionais: A organização coleta dados sobre a população que completou a educação superior (chamada de terciária),

incluindo bacharelado, mestrado e doutorado. Em 2024, a OCDE divulgou que, em seus países, quase 50% dos jovens entre 25 e 34 anos já possuem uma qualificação de nível terciário.

Taxas de conclusão: O relatório também analisa as taxas de conclusão dos cursos superiores. As taxas de conclusão se referem ao ano letivo de 2022/2023, com observação de cortes que ingressaram em anos anteriores, conforme a duração de cada programa em cada país. Especificamente, o relatório indica que o ano de referência 2023 corresponde a um período que cobre:

- 2020 – conclusão dentro do tempo teórico;
- 2021 – um ano adicional;
- 2023 – três anos após o tempo teórico.

Em 2025, foi observado que, em média, apenas 43% dos estudantes de bacharelado concluíram o curso no tempo previsto, com a taxa crescendo para 70% após três anos adicionais. Segundo os dados do relatório Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE) Education at a Glance 2025 para o Brasil:

A taxa de conclusão de cursos de bacharelado dentro da duração teórica é de 38% para novos ingressantes; um ano após o final da duração teórica, a taxa sobe para 43%; três anos após o término previsto, a taxa alcança 49%. Esses períodos são explicitamente utilizados para comparação internacional pelo relatório.

Benefícios no mercado de trabalho: A OCDE reforça que o ensino superior traz vantagens significativas, como maiores salários e melhores taxas de emprego, o que é um fator para a busca por qualificação. No caso do Brasil especificamente, a vantagem salarial para quem concluiu ensino superior em relação a quem possui apenas ensino médio/segundo grau é de 148%. Quanto à taxa de emprego, o

relatório aponta que adultos com nível superior de formação têm taxas de emprego substancialmente mais altas do que os que têm apenas ensino médio ou inferior. Por exemplo: em média na OCDE, para pessoas de 25-64 anos, aquelas com ensino terciário apresentam taxas de emprego e de participação no mercado de trabalho superiores.

- Média da OCDE: 86% dos adultos com educação terciária (ensino superior) estão empregados; a taxa cai para 78% entre os que concluíram apenas o ensino médio e chega a 61% para aqueles sem o ensino médio completo.
- No Brasil, as diferenças são ainda mais acentuadas: 83% dos adultos com ensino superior estão empregados, contra 68% entre os que têm apenas ensino médio e 57% entre os que não o concluíram.

Esses números mostram que o ensino superior amplia as chances de inserção e permanência no mercado de trabalho, funcionando como um fator de proteção contra o desemprego. Além disso, os profissionais com maior qualificação não só encontram mais oportunidades, como também ocupam posições mais estáveis e melhor remuneradas, consolidando o papel da educação como um investimento estratégico tanto individual quanto coletivo.

Esses dados reforçam que investir em ensino superior é não só uma questão educacional, mas também uma estratégia de inserção e valorização no mercado de trabalho.

Desafios para as licenciaturas no Brasil

As licenciaturas, cursos focados na formação de professores para a educação básica, enfrentam desafios específicos no cenário brasileiro que são evidenciados pela comparação com os dados da OCDE:

Defasagem salarial e valorização: A baixa valorização da carreira docente no Brasil, em

comparação com os padrões de países da OCDE, pode impactar a atratividade das licenciaturas. Há uma necessidade urgente de mais professores de matemática (57%) e ciências/biologia (68%) para atender à demanda imediata no ensino fundamental e médio.

Investimento por aluno: Relatórios anteriores da OCDE, como o “Education at a Glance 2019”, já apontavam que o Brasil investe menos por aluno do que a média dos países da organização, o que afeta a qualidade da formação e as condições de trabalho.

Incentivo à conclusão: Dados como os da OCDE sobre as baixas taxas de conclusão do ensino superior de forma geral também se refletem nas licenciaturas, onde a evasão é um problema crônico.

Qualidade da formação: Existe grande preocupação com a qualidade dos cursos de licenciatura a distância, principalmente pela predominância de aulas gravadas e pelo foco na expansão em vez da qualidade da formação, o que pode desvalorizar a profissão.

Formação incompleta: Em 2023, 1 em cada 3 professores de escolas públicas não tinha a formação adequada (licenciatura na área de atuação), apesar de o PNE prever o contrário.

Outras informações relevantes

Enade das Licenciaturas: Exame aplicado pelo Inep aos concluintes de cursos de licenciatura para avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades.

Prova Nacional Docente (PND): Uma das etapas do Enade das Licenciaturas, a prova teórica que pode ser utilizada em concursos públicos.

Nota de corte: A nota média para ingressar em algumas licenciaturas via Sisu é menor que em outros cursos, como Medicina e Direito. No entanto, as notas variam bastante dependendo do curso, da universidade e do ano.

ENEM: é usado para ingressar em cursos de licenciatura por meio de programas como o

Sisu, Prouni e Fies, ou diretamente em instituições privadas. O desempenho no Enem, calculado pela média aritmética das notas das cinco provas, é usado como critério para a seleção. A nota mínima varia conforme o curso e a instituição, e quem atinge uma média de 650 pontos no Enem pode concorrer ao incentivo financeiro do programa Pé-de-Meia Licenciaturas, disponível para cursos de licenciatura.

Como o Enem é adotado para cursos de licenciatura

Cálculo da nota: A nota do Enem é a média aritmética das cinco provas (quatro áreas de conhecimento e redação).

Sisu: O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) usa a nota do Enem para distribuir vagas em instituições públicas de ensino superior. É necessário ter feito o último Enem e não ter zerado a redação.

Prouni: O Programa Universidade para Todos (Prouni) usa a nota do Enem para a concessão de bolsas de estudo em instituições privadas.

Fies: O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) utiliza a nota do Enem como critério para a concessão de financiamentos, sendo a nota mínima para ingresso variada dependendo do curso.

Instituições privadas: Muitas faculdades privadas aceitam a nota do Enem para ingresso direto, dispensando o vestibular tradicional. A nota pode ser utilizada para concorrer a bolsas de estudo concedidas pela própria instituição ou por plataformas como a Quero Bolsa. Disponibilidade do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas.

Requisito: Ter obtido nota média igual ou superior a 650 pontos no Enem.

Inscrição: É preciso se inscrever no Sisu 2025 para um curso presencial de licenciatura e ser aprovado.

Benefício: O programa oferece um incentivo financeiro para estudantes de licenciaturas, como a possibilidade de saques mensais de R\$ 700 e um valor de R\$ 350 investido como poupança.

Bolsistas: Bolsistas do Prouni que também são beneficiários do Programa Bolsa Permanência podem acumular os incentivos financeiros.

Referências:

- Censo da Educação Superior 2024: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf

- Education at a Glance 2025: Brazil: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1a3543e2-en/brazil_d42263a0-en.html
- FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: https://www.anpae.org.br/iberoamerican/o2016/publicacao/cntnt/artigos/eixo_3/E3_A13.html#:~:text=Estes%20dados%20demonstram%20que%20existe%20um%20grande,melhores%20resultados%20na%20qualidade%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica.
- Education in Brazil AN INTERNATIONAL PERSPECTIVE: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/06/education-in-brazil_e2a7cdfe/60a667f7-en.pdf
- Mais estudantes com nota alta no Enem escolhem licenciatura <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/mais-estudantes-com-nota-alta-no-enem-escolhem-licenciatura>
- Saiba como o Enem pode garantir bolsa para licenciatura <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/junho/saiba-como-o-enem-pode-garantir-bolsa-para-licenciatura#:~:text=Um%20desses%20benef%C3%ADcios%20%C3%A9%20o,pr%C3%B3prias%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior.>
- Carteira Nacional Docente [Carteira Nacional Docente do Brasil — Ministério da Educação](#)

Prova Nacional Docente (PND)

A Prova Nacional Docente (PND) é uma iniciativa coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a qual marca um novo momento para a educação brasileira.

A avaliação é voltada a docentes formados e a estudantes de licenciaturas que estão concluindo a graduação. O exame tem como objetivo subsidiar estados e municípios que aderiram à iniciativa, oferecendo uma base de referência nacional para seleção de professores, com foco na qualidade do ensino.

A PND facilita a realização de concursos públicos e demais formas de processo seletivo, permitindo que estados e municípios a utilizem para a admissão de docentes em suas redes de ensino. Portanto, auxilia na promoção da padronização e na elevação da qualidade dos processos seletivos para professores.

O exame, organizado em parceria com o Ministério da Educação, foi aplicado em 26 de outubro de 2025 e integra o programa Mais Professores para o Brasil, que visa à valorização e qualificação do magistério da educação básica. A primeira edição da Prova Nacional Docente (PND) contabilizou 1.086.914 inscrições confirmadas, distribuídas por 17 áreas de licenciatura, o que evidencia o reconhecimento da importância dos professores no sistema educacional brasileiro.

A área de Pedagogia concentrou a maioria dos inscritos (560.576), seguida por Letras – Português (73.187), Matemática (72.530) e Educação Física (65.911). Observa-se também que o estado com maior número de inscrições foi São Paulo, com 253.895 inscritos, seguido de Minas Gerais (97.113) e Rio de Janeiro (72.230).

A PND será composta por duas partes: formação geral e componente específico, com duração total de cinco horas e trinta minutos. A formação geral incluirá 30 questões objetivas e uma discursiva, elaboradas a partir de temas ligados à formação docente. Já o componente específico contará com 50 questões de múltipla escolha, voltadas ao conteúdo próprio de cada área.

Acesse:

- <https://pnd.inep.gov.br/pnd/>
- Número de inscritos na PND reforça a importância do professor para o Brasil — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep

PNE – Plano Nacional de Educação 2024-2034

O Governo federal apresentou ao Congresso Nacional, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), o Projeto de Lei que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, com vigência nas próximas dez anos.

O novo plano define 18 objetivos gerais (entre eles acesso ampliado, alfabetização, ensino técnico e superior, valorização de profissionais da educação, equidade) e propõe cerca de 58 metas quantificáveis, além de estratégias de execução pactuadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2024–2034, proposto pelo Ministério da Educação, estabelece diretrizes, metas e estratégias para orientar as políticas públicas educacionais do país na próxima década. O documento foi elaborado de forma participativa, com ampla consulta a secretarias, conselhos e conferências de educação.

– Estrutura do PNE 2024–2034

- 18 objetivos abrangendo todas as etapas e modalidades da educação – da Educação Infantil à Educação Superior;
- 58 metas e estratégias de acompanhamento e avaliação;
- Ênfase na colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios;
- Monitoramento contínuo com base em indicadores nacionais de qualidade e equidade.

– Diretrizes e Princípios

- Universalização do direito à educação de qualidade;
- Inclusão, equidade e combate às desigualdades educacionais;
- Gestão democrática e valorização dos profissionais da educação;
- Sustentabilidade, inovação e desenvolvimento social;
- Ampliação do acesso e permanência em todos os níveis de ensino.

– Foco Estratégico

O PNE 2024–2034 busca consolidar um sistema nacional de educação que garanta qualidade, inclusão e inovação, fortalecendo o papel da educação como pilar do desenvolvimento sustentável e da cidadania.

Entre as inovações destacam-se o enfoque na redução das desigualdades educacionais, o reconhecimento de diferentes modalidades de ensino (como educação escolar indígena, do campo e quilombola), a promoção de padrões de qualidade para todas as etapas e modalidades, e o monitoramento permanente por meio de indicadores.

O plano também reforça a necessidade de que os estados, municípios e o Distrito Federal adaptem seus planos decenais de educação de acordo com o novo PNE, em regime de colaboração, e define mecanismos de

governança, monitoramento, avaliação e financiamento.

O que o PNE 2024-2034 prevê para a formação e valorização docente

- O PNE 2024-2034 estabelece 18 objetivos nacionais que incluem a valorização de profissionais da educação, formação, permanência e qualidade do ensino.
- No texto desse novo ciclo, destaca-se a meta de ampliação da formação continuada e especializada dos docentes em todos os níveis, como parte central da melhoria da qualidade da educação.
- Por exemplo, o relatório da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) aponta que, no PNE anterior, a “Meta 16” tratava de: “formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação”.
- O novo plano segue essa linha, adaptando e ampliando para o decênio 2024-2034, incorporando elementos como equidade, inclusão, formação digital e inovação pedagógica.

O que já se cumpriu até 2024 e onde ainda há lacunas

- Em relação ao ciclo anterior (o Plano Nacional de Educação 2014-2024): a meta referente à formação de professores com licenciatura (Meta 15 no plano de 2014) não foi totalmente cumprida. Por exemplo, em 2018, apenas cerca de 49,9% dos professores da educação infantil tinham formação adequada, sendo ainda menor o percentual nos anos finais e ensino médio.
- Para a formação continua e pós-graduação docente (Meta 16 no plano de 2014): apenas cerca de 37,2% dos professores da educação básica tinham pós-graduação em 2018, e somente ~36% recebiam formação continuada — ambas bem abaixo das metas previstas para 2024.
- Um balanço de 2024 indica que, após dez anos, apenas três das vinte metas do plano 2014-2024 foram consideradas atingidas — e mesmo essas com ressalvas.
- Em suma: embora haja avanços (ex: aumento de pós-graduação, maior quantidade de cursos de formação continuada), o ritmo foi insuficiente para cumprir totalmente as metas até 2024. Há continuidade de desafios importantes para a formação docente.

Como o Enem é adotado para cursos de licenciatura

Cálculo da nota: A nota do Enem é a média aritmética das cinco provas (quatro áreas de conhecimento e redação).

Sisu: O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) usa a nota do Enem para distribuir vagas em instituições públicas de ensino superior. É necessário ter feito o último Enem e não ter zerado a redação.

Prouni: O Programa Universidade para Todos (Prouni) usa a nota do Enem para a concessão de bolsas de estudo em instituições privadas.

Fies: O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) utiliza a nota do Enem como critério para a concessão de financiamentos, sendo a nota mínima para ingresso variada dependendo do curso.

Instituições privadas: Muitas faculdades privadas aceitam a nota do Enem para ingresso direto, dispensando o vestibular tradicional. A nota pode ser utilizada para concorrer a bolsas de estudo concedidas pela própria instituição ou por plataformas como a Quero Bolsa. Disponibilidade do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas.

Acesse:

- PNE 2024-2034: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/pne-2024-2034>
- PNE 2024–2034: as principais mudanças do novo Plano Nacional de Educação e o que elas significam para o futuro do Brasil <https://institutocognus.org.br/pne-2024-2034-as-principais-mudancas-do-novo-plano-nacional-de-educacao-e-o-que-elas-significam-para-o-futuro-do-brasil>
- Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2024/03/CONAE-2024-Doc-Final-29-02-.pdf>

Participação na COP 30 e em Redes de Pesquisa relacionadas à Governança Ambiental, Educação Ambiental e Gestão de Recursos Comuns

Rodrigo Rodrigues de Freitas é doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), biólogo (2002) e mestre em Geografia (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua desde 2015 como professor do Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Sul de Santa Catarina (UniSul), no campus Tubarão. Desempenha as funções de professor permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UniSul, onde orienta na linha de pesquisa Educação em Ciência e coordena o Núcleo de Pesquisa em Educação e Conservação da Biodiversidade (NUPEC-Bio). Coordena a Rede Marangatu de Ciência Cidadã e Promoção de Políticas de Preservação e Valorização da Sociobiodiversidade Costeira Marinha no Sul do Brasil.

Rodrigo acredita que a gestão ambiental é favorecida quando as comunidades locais que fazem uso dos recursos naturais têm seus direitos assegurados. Participa de redes de pesquisa e orienta teses, dissertações e monografias relacionadas com as seguintes temáticas: Governança Ambiental, em especial sobre o papel das áreas marinhas protegidas na governança oceânica; Educação Ambiental Crítica junto às populações tradicionais costeiras com uma abordagem decolonial e antirracista e; Gestão de Recursos Comuns, com ênfase nos sistemas sociológicos e nas políticas de pesca artesanal costeira. Estas temáticas se articulam em ações de monitoramento participativo da sociobiodiversidade e em análises sobre participação social. Foi um dos autores do 1º

Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, organizado pela Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e publicado em 2024. Além disso, contribui com o ICMBio como membro do Grupo de Assessoramento Técnico do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Lagoas do Sul do Brasil e como conselheiro da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, onde coordena a Câmara Técnica de Gestão da Biodiversidade.

Participação na COP 30

Enquanto integrante da Rede Marangatu, Rodrigo vai participar dos debates sobre Justiça Ambiental, Educação Climática e Governança Oceânica. Estes debates estão sendo promovidos nas dependências da Universidade Estadual do Pará (UEPA), que vem coordenando as ações da Rede Marangatu no norte do país. Durante a programação da COP 30 estão previstos encontros com governos, movimentos sociais e financiadores visando firmar acordos para a projetos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas na zona costeira. Além de visibilizar as ações que vêm sendo realizadas pela rede de parceiros na qual a UniSul participa, a COP será uma oportunidade de promover uma incidência política junto a uma audiência internacional.



Educação e Transição Ecológica: Desafios Globais e Compromissos no Contexto da COP30

A transição ecológica tornou-se um eixo central nas agendas internacionais que articulam desenvolvimento sustentável, inovação e justiça social. Nesse contexto, instituições multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a UNESCO têm reforçado o papel estratégico da educação na construção de sociedades ambientalmente responsáveis e capazes de responder aos desafios da crise climática. A proximidade da COP30, que ocorrerá em Belém do Pará de 10 a 21 de novembro de 2025, coloca novamente em evidência a urgência de alinhar políticas educacionais e ambientais sob uma perspectiva global, mas, desta vez, sensível às diversidades locais.

A OCDE, ao discutir o conceito de “crescimento verde” e propor indicadores de sustentabilidade, tem destacado que a transição ecológica exige competências complexas — cognitivas, sociais e emocionais — que só podem ser desenvolvidas por meio de sistemas educacionais inovadores. Já a UNESCO, em seu marco para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), insiste na necessidade de promover uma aprendizagem transformadora, que vá além da mera transmissão de conteúdos ambientais e envolva o compromisso ético com o planeta.

Todos esses aspectos envolvem, como destacamos em nossa última edição, uma perspectiva educacional transdisciplinar

que ultrapasse o modelo de conhecimento fragmentado que nos trouxe até aqui. O papel de escolas e universidades é, por assim dizer, fundamental na consolidação de novas formas de pensar e agir diante da crise ecológica: cabe a essas instituições promover uma educação que integre ciência, cultura e ética ambiental, formando sujeitos capazes de compreender a complexidade dos sistemas naturais e sociais e de intervir de modo crítico e responsável nos processos de transição ecológica que se impõem no século XXI.

No cenário da COP30, a educação aparece como um vetor transversal das negociações climáticas: é por meio dela que se forma uma cidadania ecológica global, capaz de compreender a interdependência entre economia, ambiente e cultura. A transição ecológica, portanto, não deve ser vista apenas como um conjunto de reformas tecnológicas ou regulatórias, mas como uma mudança civilizatória que implica rever modos de produção, consumo e conhecimento.

Em termos práticos, isso significa investir em currículos que abordem as mudanças climáticas de forma transdisciplinar, incentivar metodologias participativas que aproximem estudantes de problemas reais de suas comunidades e ampliar a cooperação internacional em torno de políticas educacionais sustentáveis. O desafio está em articular as metas globais discutidas em espaços como a OCDE e a UNESCO com as realidades regionais — especialmente nos países do Sul Global, que enfrentam os impactos mais severos das desigualdades socioambientais.

A COP30 poderá representar um marco nesse processo se conseguir consolidar o papel da educação como dimensão essencial da ação climática. Mais do que formar técnicos, trata-se de formar sujeitos ecológicos, críticos e criativos, capazes de imaginar e sustentar a transição para um futuro possível.

Prêmio Docente | Prêmio ‘Extensão Universitária que Transforma’

No Ecossistema Ânima, entendemos que o papel do educador ultrapassa as fronteiras da sala de aula e se manifesta em cada ação capaz de gerar transformação e impacto positivo na sociedade.

Com esse propósito, foi criado o Prêmio Extensão Universitária que Transforma — uma iniciativa voltada a reconhecer docentes que desenvolvem projetos de relevância social, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A premiação reafirma nosso compromisso com uma educação que promove um futuro mais inclusivo, sustentável e conectado às reais demandas da comunidade.

Mais do que um reconhecimento, o prêmio celebra as diversas formas de extensão universitária, o engajamento social e os princípios de ESG (ambiental, social e governança) que inspiram nosso fazer educacional. O Prêmio Extensão Universitária que Transforma reforça, mais uma vez, que educar é transformar vidas — dentro e fora da sala de aula.

Reconhecemos o trabalho de docentes, estudantes e equipes que, com dedicação e compromisso, tornam a extensão universitária um caminho de transformação e impacto social, conheça os Premiados!

Parabenizamos as nossas instituições de ensino e a todos(as) os(as) docentes!

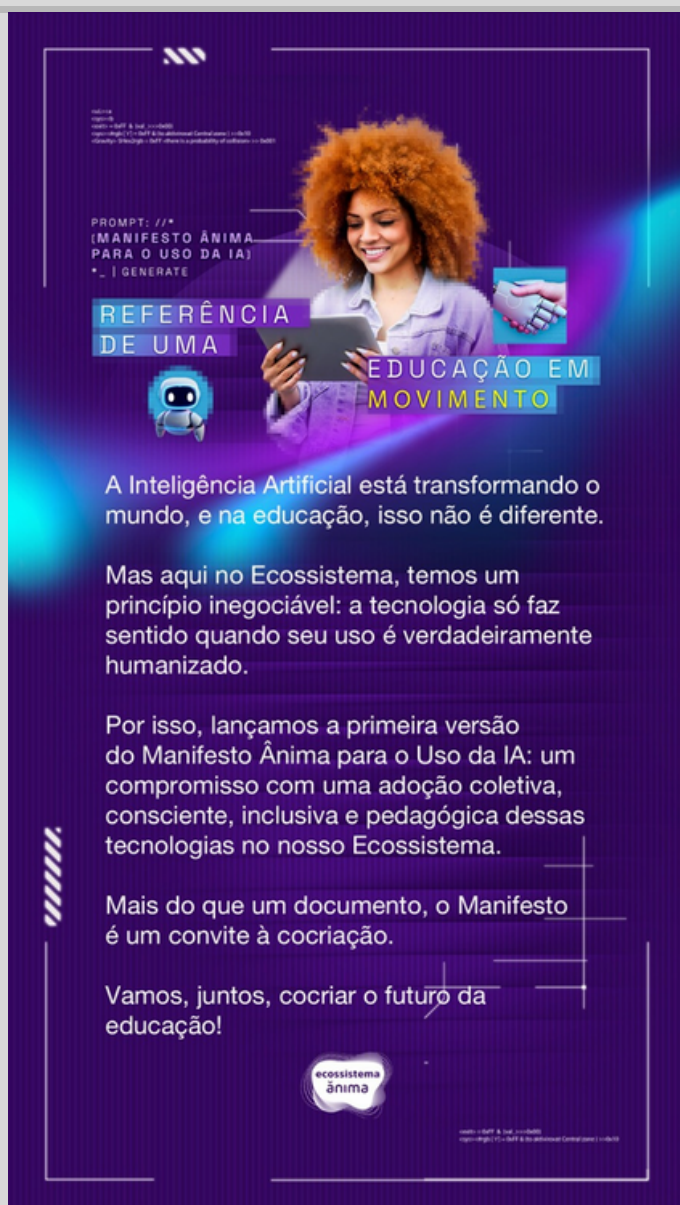
Conheça os vencedores do Prêmio ‘Extensão Universitária que Transforma’

Uso responsável da IA e o Manifesto Ânima

A inteligência artificial tem se consolidado como uma força estratégica na transformação da educação superior, impactando diretamente o planejamento pedagógico, a gestão acadêmica e a personalização dos percursos formativos. Para que esse potencial seja efetivamente convertido em benefícios amplos, é indispensável estabelecer parâmetros claros e orientações responsáveis para sua adoção nas instituições educacionais.

A inteligência artificial já está mudando a educação — do planejamento de aulas à personalização do aprendizado e à inclusão de estudantes com diferentes necessidades. Mas, para que seus benefícios cheguem a todos com ética, transparência e segurança, se faz necessário procedimentos essenciais como proteção de dados, supervisão humana, formação de docentes e uso responsável das tecnologias.

O Manifesto Ânima para o Uso da IA foi criado com o objetivo de estabelecer diretrizes que preocupam com as questões éticas e humanas para o uso da IA na educação superior, favorecendo um compromisso com uma adoção coletiva e inclusiva dessas tecnologias no nosso Ecossistema. O propósito de fortalecer a mediação docente, bem como assegurar a intencionalidade pedagógica, são premissas que refletem em nossas práticas educacionais!



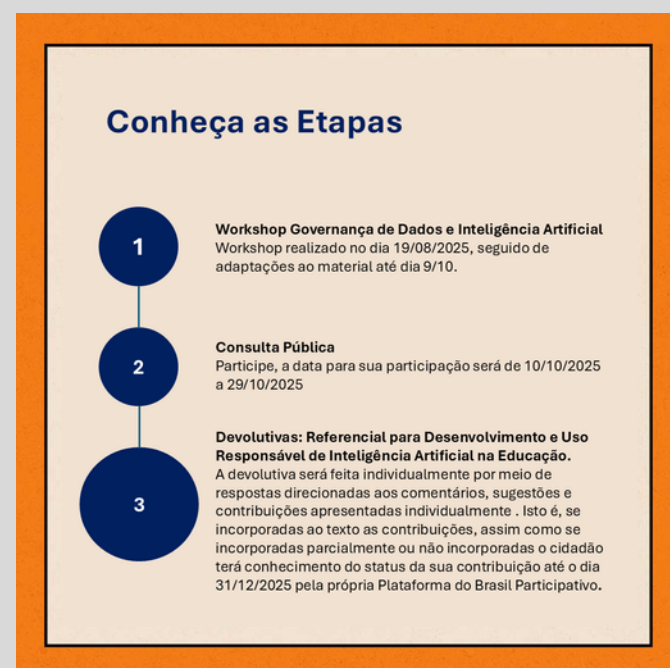
Acesse aqui a primeira versão do Manifesto:

<https://animaeducacao.com.br/app/uploads/2025/09/Manifesto-Anima-para-o-Uso-da-IA-12.08.pdf>

Também neste contexto, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais, abriu consulta pública para receber contribuições da sociedade sobre a proposta de Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsável de Inteligência Artificial na Educação. A Consulta Pública sobre o “Referencial para o Desenvolvimento e Uso

Responsável de IA na Educação” constitui um momento relevante para que gestores, educadores, pesquisadores, estudantes e demais atores sociais contribuam na construção de diretrizes nacionais que assegurem um uso ético, transparente e alinhado aos princípios de equidade e inclusão.

A participação ativa da comunidade acadêmica é essencial para fortalecer a governança, reduzir desigualdades e consolidar a IA como uma aliada estratégica nos processos de ensino, aprendizagem e inovação institucional. Educação de qualidade se constrói com diálogo, evidências e corresponsabilidade social. A proposta completa estará disponível no Portal Brasil Participativo por 20 dias a partir de 10 de outubro de 2025 (prazo de preenchimento da Consulta Pública do INEP – até dia 29 de outubro de 2025), permitindo que cidadãos e instituições enviem sugestões e comentários fundamentados exclusivamente por formulário eletrônico disponível na mesma plataforma.



Fonte:

<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br>

As contribuições enviadas fora do prazo ou por outros meios não serão consideradas para a consolidação do texto final. O objetivo da consulta é garantir transparência, participação

social e atualização colaborativa do documento que orientará o uso responsável de IA no setor educacional!

Acesse:

- Manifesto Anima: <https://animaeducacao.sharepoint.com/sites/orbita/SitePages/Manifesto-%C3%82nima-para-o-Uso-da-IA.aspx>
- Consulta Pública sobre o Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/referencialianaeducacao?participatory_pro... e <https://ns-dtp-prd-df.s3-df-govcloud.dataprev.gov.br/gcc-decidim/gcc-decidim/pyez1dngfyh3zte03oe35q...>

Masterclass UNESCO–“Inteligência Artificial na sala de aula: ferramenta ou professor?”

A UNESCO promoveu a masterclass internacional “AI in the Classroom – tool or teacher?”, uma formação global para professores com o objetivo de apoiar educadores na compreensão e no uso ético, criativo e pedagógico da Inteligência Artificial (IA) no ensino. Voltada a professores de diferentes países, a iniciativa enfatizou o papel docente como mediador crítico da tecnologia, capacitando-o para integrar a IA de forma responsável em suas práticas pedagógicas. Entre as principais abordagens discutidas, destacaram-se:

- Compreensão da IA e suas aplicações na educação – como os sistemas de IA funcionam, suas potencialidades para

personalização da aprendizagem e as limitações éticas e técnicas;

- Uso pedagógico da IA generativa – exemplos de ferramentas que auxiliam na criação de atividades, na avaliação formativa e no desenvolvimento de conteúdos interativos, mantendo o foco na autoria humana e no pensamento crítico;
- Educação digital e ética da IA – análise dos riscos de vieses algorítmicos, privacidade de dados e desinformação, reforçando a importância de princípios éticos e transparência no uso das tecnologias;
- Inclusão e equidade digital – estratégias para garantir que a IA não amplie desigualdades, mas seja um instrumento de acesso e acessibilidade, beneficiando alunos com diferentes perfis e necessidades;
- Políticas públicas e capacitação docente – a necessidade de formação continuada e diretrizes nacionais que orientem o uso seguro e produtivo da IA nas redes de ensino.

A iniciativa também reforçou o compromisso da UNESCO com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4 e ODS 9), promovendo uma educação de qualidade, equitativa e alinhada à inovação tecnológica.

Em síntese, a masterclass destacou que a IA não substitui o professor — ela potencializa sua atuação quando usada com propósito, criticidade e empatia. O foco central permanece em formar professores preparados para guiar os estudantes em um mundo digital com consciência, ética e humanismo.

Acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=pFRcsbgcEvA>
ensino;



Shark Hub + COP 30 + Dia do Professor

No dia 26 de setembro de 2025 a USJT campus Mooca foi palco da 8ª edição do Shark Hub, o evento de premiação dos melhores projetos desenvolvidos pelas Squads do Ânima Hub no primeiro semestre de 2025. Ao todo tivemos 882 projetos sendo desenvolvidos, dentre estes 237 competiam por vagas no campeonato, os 8 mais bem colocados a partir de um criterioso sistema de avaliação, foram selecionados para apresentarem seus projetos para uma banca externa formada por jurados conceituados na área de inovação e empreendedorismo.

Nesta edição, os 3 primeiros colocados receberam além de medalhas e troféu, uma premiação em dinheiro. Nosso pódio ficou assim:

1º lugar – Squad Compliance Game da Uniritter, recebendo de premiação o valor de 5 mil reais.

2º lugar – Squad USAKI: negócios colaborativos da UAM, que recebeu de premiação o valor de 3 mil reais.

3º lugar – Squad Vital Health Insights da UNA Itabira, que recebeu de premiação o valor de 2 mil reais.

O grande campeão desta edição utilizou a gamificação para trabalhar procedimentos que garantem o cumprimento de normas e diretrizes internas de uma empresa, a fim de adotar a ética e a transparência num sistema de gestão eficaz e de cultura de boas práticas.

Se quiser conferir como foi esse evento, assista na íntegra a final, clicando aqui: https://www.youtube.com/live/l2jxT1_7qnI
A final do Shark Hub foi apenas uma amostra do que acontece dentro dos projetos desenvolvidos pelo Ânima Hub.

Inovação, empreendedorismo, tecnologia sendo usados para resolver demandas reais da sociedade. E quando falamos em inovação e tendências, não podemos deixar de falar de Inteligência Artificial, tema super presente em todas as áreas do conhecimento atualmente, em especial na Educação, que também vem sendo trabalhado dentro de várias de nossas Squads.

Nada melhor que neste mês dedicado aos docentes, trazermos aqui um super projeto desenvolvido por um docente destaque que trabalha a Inteligência Artificial para a recomendação de conteúdos educacionais e o acompanhamento do percurso acadêmico de alunos do Ecossistema Ânima. O professor Glender Brás de Medeiros, docente da UNA campus Barreiro, desenvolveu junto com sua squad uma solução que traz recomendações aos alunos baseado em IA.

Este projeto já foi finalista do Shark Hub e apresenta publicação internacional de peso. Você pode ler mais sobre essa publicação acessando o link abaixo:

<https://www.astesj.com/v10/i04/p01/> A qualidade da educação, principalmente no ensino superior, é um desafio nos dias atuais. O acesso a informações de forma fácil e rápida, porém superficial, acaba por vezes formando profissionais despreparados às realidades do mercado de trabalho. Dessa forma a IA vem cada vez mais sendo uma aliada do professor e do próprio estudante dentro da sala de aula. Utilizar IA para melhorar a educação já é realidade, focando na personalização do aprendizado, com roteiros adaptativos e tutoria inteligente, e na otimização do trabalho do professor, automatizando tarefas administrativas e avaliações. E é isso que muitos de nossos projetos já estão trabalhando e trazendo soluções para serem usadas agora. O futuro da educação é agora! E parabéns a você, professor, que é a inspiração e a ferramenta de mudança deste mundo.

Inovamos agora!

Panorama | Educação Inclusiva

Governo federal instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva por meio do Decreto nº 12.686/2025, publicado em 21 de outubro de 2025, com o objetivo de reforçar o direito à educação de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e de altas habilidades/superdotação, assegurando acesso, permanência e aprendizagem em condições de igualdade.

A nova política prevê que a educação especial seja oferecida de forma transversal em todos os níveis, etapas e modalidades da educação — da infantil à superior —, preferencialmente em classes e escolas regulares, com apoio especializado, tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade. Entre seus princípios estão o reconhecimento da educação como direito universal e público, a promoção da equidade e da valorização da diversidade humana, bem como o combate à discriminação e ao capacitismo. A implementação será coordenada pelo MEC em articulação com estados e municípios, com a criação da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, que atuará no apoio técnico-pedagógico, formação continuada de profissionais, monitoramento de indicadores e difusão de boas práticas. Também foram definidos mecanismos de governança, acompanhamento e repasse de recursos, entre eles pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), para viabilizar a política nos sistemas de ensino.

Entre 2008 e 2024, as matrículas de

estudantes da educação especial saltaram de cerca de 695 mil para mais de 2 milhões. A Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão) apontou que, entre 2023 e 2025, foram ofertados 237 cursos de formação continuada para 118 mil profissionais do atendimento educacional especializado (AEE) e gestores escolares, com investimento de cerca de R\$ 47,2 milhões e previsão de mais R\$ 27 milhões em 2025.

Nesse período, mais de 21 mil escolas receberam “Salas de Recursos Multifuncionais”(SRM) com investimento de R\$ 439 milhões entre 2023 e 2024; para 2025 está previsto um aporte adicional de R\$ 201,5 milhões via o Programa Dinheiro Direto na Escola – Equidade SRM (PDDE- Equidade-SRM).

Seguem alguns dos principais resultados do Censo Escolar 2024 sobre educação especial:

- Crescimento das matrículas: o número total de matrículas na educação especial chegou a 2,1 milhões em 2024, um aumento de 58,7% desde 2020;
- Inclusão em classes comuns: o percentual de alunos incluídos em classes comuns (entre 4 e 17 anos) aumentou de 93,2% em 2020 para 95,7% em 2024.
- Atendimento especializado: a pesquisa coleta informações sobre diferentes tipos de deficiência (física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e surdocegueira), TEA e altas habilidades/superdotação.

O Censo Escolar é a principal pesquisa estatística da educação básica no Brasil, realizada em parceria com as secretarias de educação, e abrange todas as escolas do país. O MEC reforça que a consolidação de um sistema educacional inclusivo — que valoriza a diversidade, promove a participação plena e combate à discriminação — é um compromisso permanente.

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como sobre seus alunos e docentes. Em relação aos grupos educacionais da Educação Superior no Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior do ano de 2024, que apresentaram aumento de alunos com algum tipo de deficiência em números absolutos, destacam-se:

- Instituições Públicas: 219.879 alunos;
 - Outras privadas: 165.090 alunos;
- 11.567 alunos das Instituições da Ânima Educação.

Em relação às marcas que apresentaram aumento relevante de alunos com algum tipo de deficiência, são destacadas:

- UNA: 2.095 alunos matriculados;
- UAM: 1721 alunos;
- São Judas: 1.661 alunos.



Fonte: Elaborado por Gestão e Planejamento da Qualidade Acadêmica com dados do INEP: Dashboard Censo

Dessa maneira, uma formação docente eficaz deve se basear em alguns princípios essenciais:

- Conhecimento das especificidades: Embora a formação não deva se limitar às deficiências, é importante que os professores compreendam as particularidades de diferentes condições (físicas, intelectuais, sensoriais), transtornos (como o Transtorno do Espectro Autista – TEA) e altas habilidades;
- Articulação entre teoria e prática: Os cursos precisam ir além do conhecimento teórico, oferecendo temas pragmáticos e estratégias concretas para o processo de ensino;
- Práticas pedagógicas inclusivas: A formação deve equipar os professores com metodologias e práticas que promovam a participação e o aprendizado de todos. Isso inclui a flexibilização do currículo e a adaptação de atividades;
- Trabalho colaborativo: Os professores precisam aprender a atuar em equipe com outros profissionais, como os especialistas em educação especial, além de envolver a família e a comunidade;
- Tecnologias Assistivas (TA): A formação deve incluir o uso de “TAs” para auxiliar no processo de aprendizagem e promover a acessibilidade.

A formação docente para a educação inclusiva é um processo contínuo e essencial para criar ambientes de aprendizagem que atendam às necessidades de todos os estudantes. A capacitação deve abordar não apenas aspectos técnicos, mas também a sensibilidade social e a ética necessárias para valorizar a diversidade e promover a equidade nas Instituições de Ensino!

Acesse:

- Governo institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/governo-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva>
- Inep divulga resultado de pesquisa sobre diversidade e inclusão <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/inep-divulga-resultado-de-pesquisa-sobre-diversidade-e-inclusao>